

PROGRAMA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UMA DAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO RIO GRANDE DO SUL

Caroline Goerck¹

RESUMO

Os empreendimentos coletivos podem ser considerados uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos sujeitos frente ao processo de reestruturação do capital. Por meio desta pesquisa pretendeu-se analisar a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. Este programa social foi criado em 2003, pelo governo federal, com vistas a fortalecer os empreendimentos de geração de trabalho e renda. A operacionalização do Programa vem ocorrendo por meio de parcerias estabelecidas entre o Estado, instituições da sociedade civil e incubadoras universitárias. Foram coletadas informações de 11 instituições existentes no Rio Grande do Sul, que tiveram algum vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes. Foram realizadas também 46 entrevistas com lideranças e demais trabalhadores de 17 empreendimentos coletivos existentes nos meios urbanos. As informações qualitativas foram submetidas à análise de conteúdo. Constatou-se, por meio desta pesquisa, que, tanto o Estado, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – Senaes, em parceria com instituições da sociedade civil, outros setores governamentais e incubadoras universitárias, podem, mesmo que de forma incipiente, viabilizar as experiências de Economia Popular Solidária.

Palavras-chave: Geração de Trabalho e Renda; Instituições de Apoio; Viabilidade; Programa de Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

O processo de trabalho é elemento central e peculiar na forma de organização e socialização dos indivíduos, pois é por meio dele que o sujeito se transforma e modifica a natureza. Frente ao processo de reestruturação do capital – no final do século XX e limiar do XXI –, por meio do desenvolvimento tecnológico, cria-se uma massa de trabalhadores, considerados “sobrantes” pelo capital, que contribui para o acirramento da alienação e da precariedade das condições e das relações de trabalho.

Nesse contexto, emergem experiências/grupos associativistas e

¹ Professora do Curso de Serviço Social da Unipampa - Campus São Borja; Assistente Social, Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo PPGSS da PUCRS. E-mail: carolinegoerck@yahoo.com.br

cooperativistas, no Brasil e no mundo, como uma das possíveis formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social² - entre elas, a falta de trabalhos formais. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas dos trabalhadores ante o acirramento da questão social. É materializada por cooperativas, associações e grupos de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses sujeitos³.

As experiências alternativas de geração de trabalho e de renda se acentuaram no término do século XX e início do XXI, por meio do incentivo da sociedade civil, organizações governamentais e incubadoras universitárias, devido às transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e no mercado. Esses empreendimentos coletivos, designados de Economia Popular Solidária são constituídos comumente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho.

A Economia Popular Solidária expressa formas associativistas e cooperativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de consumo. Pode-se salientar, também, que o trabalho realizado nestes empreendimentos populares e coletivos, além de gerar renda, em algumas experiências possivelmente agrega princípios que potencializam o trabalho e, normalmente, não são proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema.

Esses princípios originados pelos precursores do cooperativismo estão respaldados na solidariedade, na democracia, na aproximação da autogestão, na participação, na posse coletiva dos meios de produção, no processo de rotatividade de funções e na divisão de renda entre os associados que, de forma democrática, deveriam definir estratégias de repartição, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e de preservação do meio ambiente. Mediante a operacionalização desses princípios nos processos de produção e gestão, os sujeitos possuem a possibilidade de elaborar as suas próprias regras no cotidiano de trabalho, bem como alcançar um novo patamar de politização e participação social.

Quando se percebe que trabalhadores, embora inseridos em empreendimentos coletivos, não desenvolvem suas atividades de modo que tenham clareza sobre os princípios do cooperativismo, ou, ainda, mesmo que estes

² Essas manifestações de desigualdade podem ser constatadas pelas suas múltiplas expressões, como o não acesso a direitos, a exploração nas relações de trabalho, o desemprego e o subemprego, a baixa qualidade de vida, as diversas formas de violência, a desnutrição, a prostituição infantil, bem como pode ser representada também pela pobreza, exclusão e subalternidade (Yazbek, 2001), entre outras.

³ Outras possibilidades apresentadas aos trabalhadores, que complementam estas experiências coletivas, são as Políticas e Programas Sociais de emprego ou redistribuição de renda, que também objetivam a inclusão socioeconômica dos sujeitos, como, por exemplo, os Programas de Renda Mínima, como o Bolsa-Família ou de qualificação profissional, entre outros. A Política Social como um todo e os demais Programas Sociais, com exceção do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, não serão aprofundados nesta pesquisa devido ao fato de não obterem a centralidade deste estudo.

trabalhadores desenvolvam suas atividades conforme estes princípios, estas experiências também se configuram como estratégias do próprio capital para atenuar os conflitos de classe, mantendo assim o capitalismo.

Não se compreende, porém, neste artigo as experiências coletivas que constituem a Economia Popular Solidária, como forma de substituir o sistema capitalista, pois estes empreendimentos também estão inclusos neste modo de produção e tentam se inserir no ciclo da reprodução capitalista. Percebem-se, então, estas experiências, num primeiro momento, como uma das alternativas dos sujeitos para gerar trabalho e renda. Enfatiza-se que, ao mesmo tempo em que estas experiências coletivas podem se constituir em formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social - entre elas, o desemprego -, esses empreendimentos e seu respectivo programa social⁴ são compreendidos, também, como estratégias do próprio sistema e do Estado, para atenuar os conflitos de classe, mantendo e reproduzindo o *status quo*. Outras formas de precarização do trabalho e regulação da questão social podem ser tidas pelo trabalho temporário, informal, terceirizado, entre outros.

Ao estarem excluídos do mercado formal de trabalho, pode-se mencionar que estes sujeitos também estão inseridos na lógica do sistema capitalista, pois o desemprego é inerente a este modo de produção. A exclusão na produção de bens e serviços ocorre também por meio da inclusão no sistema, sendo que a exclusão, além de necessária ao capitalismo, também se configura como uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo não acesso à riqueza socialmente produzida (Yazbek, 2001). Dessa forma, ao mesmo tempo em que comumente os trabalhadores das experiências de Economia Popular Solidária estão excluídos do mercado formal de trabalho, os mesmos, porém, estão incluídos no sistema - em condição de vulnerabilidade social.

Dessa forma a autora não compreende a Economia Popular Solidária, nem com excesso de otimismo, nem com excesso de pessimismo, pois opta pelo realismo analítico, respaldado no método dialético-crítico.

Nesta pesquisa pretendeu-se aprofundar a categoria de contradição de modo que se possa ter clareza sobre o significado da Economia Popular Solidária no Brasil, bem como do Programa Social de Economia Solidária em Desenvolvimento e sua possível contribuição para a viabilidade econômica destes empreendimentos coletivos. No entanto na medida em que a Economia Popular Solidária absorve uma massa de trabalhadores desempregados e especialmente os menos qualificados - mesmo com seu aspecto contraditório -, a mesma possui significativa importância social, posto que é por meio do trabalho realizado pelo coletivo que alguns desses sujeitos estão conseguindo sobreviver e gerar renda.

⁴ O programa brasileiro de Economia Solidária em Desenvolvimento – assim como outros programas sociais de geração e transferência de renda –, ao mesmo tempo em que se constitui numa possibilidade de inclusão socioeconômica dos sujeitos, também pode ser compreendido como uma forma de mediar os conflitos sociais, atenuando assim as desigualdades geradas pela questão social.

MÉTODO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar como o ainda incipiente Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio de instituições vinculadas à Senaes, vem contribuindo para a viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda, tendo como delimitação geográfica o Estado do Rio Grande do Sul, e delimitação temporal o período de 2003 a 2009⁵.

Na medida em que foi analisado como vem sendo desenvolvido e aplicado o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, pretendeu-se avaliar a contribuição do mesmo para a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária, bem como suas possíveis limitações. Nesse sentido, reporta-se à relevância social, científica e profissional deste trabalho, pois o mesmo poderá servir como um instrumento de contribuição à Senaes e ao Programa de Economia Solidária no Brasil e no Estado, aos Fóruns de Economia Popular Solidária, além de colaborar diretamente com os trabalhadores e seus familiares que estão sobrevivendo desta alternativa de geração de trabalho e renda.

Faz-se importante que a produção de conhecimento científico, bem como de novas pesquisas, possuam a intencionalidade de contribuir para aprimoramento de demandas sociais prioritárias, adquirindo uma relevância social de modo que impulse e possibilite a práxis. Para o assistente social, a investigação da realidade é uma necessidade ao desenvolvimento de seu trabalho profissional. O compromisso e posicionamento ético-político da categoria profissional - do Serviço Social -, conforme consta no Código de Ética dos Assistentes Sociais (Cfess, 2002), tem como princípios fundamentais a ampliação e consolidação da cidadania, o posicionamento em favor da igualdade, da equidade e da classe trabalhadora, a opção por um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero.

No Rio Grande do Sul investigações sobre a contribuição do Programa de Economia Solidária à viabilidade econômica das experiências coletivas são importantes - dado o seu ineditismo e originalidade⁶. A análise deste programa à viabilidade das experiências coletivas é de extrema importância para o aprimoramento do mesmo, na medida em que ainda está em fase de implantação e de implementação para que futuramente possa ser transformado em política social em âmbito nacional.

Para a concretização deste trabalho foi analisado o seguinte problema: como o Programa de Economia Solidária - por meio das instituições vinculadas ao referido Programa por intermédio da Senaes -, vem contribuindo para a viabilidade

⁵ As instituições que possuíam convênio em 2008 com o Programa de Economia Solidária, pela Senaes, continuam com este vínculo em 2009.

⁶ No que se relaciona à identificação das instituições de apoio vinculadas à Senaes no Estado, bem como sobre seus respectivos processos de incubação e assessoria desenvolvidos com os empreendimentos por meio de alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Salienta-se ainda que é do interesse da Senaes e do Fórum Nacional o processo de monitoramento do Programa de Economia Solidária no RS, assim como nos demais estados.

das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul?

Este estudo foi realizado tendo como embasamento o Método Dialético-Crítico e as categorias teórico-metodológicas (Historicidade, Totalidade, Contradição) e teórico-temáticas (Geração de Trabalho e Renda, Instituições de Apoio, Viabilidade e Programa de Economia Solidária). As categorias teórico-metodológicas e temáticas nortearam a pesquisa literária, as análises documentais, a coleta das informações e dados obtidos com os trabalhadores, com as experiências e instituições pesquisadas, a análise destas informações e, finalmente, a elaboração da tese. O enfoque qualitativo foi predominante neste estudo, embora tenha-se levado em consideração, também, os dados quantitativos (pois se compreende que os dados qualitativos e quantitativos se complementam).

Com base no problema, além do objetivo geral, foram estabelecidos alguns objetivos específicos à pesquisa: verificar quais são as instituições que vêm assessorando as experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, com vistas a mapeá-las no referido Estado; averiguar quais são as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, que estão sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, com vistas a mapeá-las no referido Estado; identificar quais são as características socioeconômicas dos sujeitos que integram as experiências de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, para desvelar as condições de vida desses trabalhadores; investigar quais são as características socioeconômicas das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, para verificar a viabilidade desses empreendimentos coletivos; desvelar como as instituições que vêm assessorando as experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul - por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes -, estão desenvolvendo os seus processos de incubação/assessoria, com vistas a dar visibilidade a estas metodologias de incubação; investigar como vem sendo implantado o Programa de Economia Solidária no Rio Grande do Sul, com vistas a contribuir com o aprimoramento da implantação deste Programa no Estado.

Foi realizada a coleta das informações entre o período de janeiro de 2008 a março de 2009, mediante revisão literária sobre o tema e contato estabelecido com a Senaes, assim como pela análise documental dos seguintes documentos: Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, Mapeamento de Economia Solidária, materiais pertencentes a sete (7) instituições pesquisadas que estão vinculadas à Senaes ou ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento em 2008-2009, e em materiais pertencentes às 17 experiências coletivas. Desses empreendimentos, 14 estão sendo assessorados por instituições de apoio que possuem, entre 2008 e 2009, vínculo com a Senaes, e 3 empreendimentos assessorados por instituições que já tiveram vínculo com o Programa de Economia

Solidária em Desenvolvimento pela Senaes, mas que, entre 2008 e 2009, estavam desvinculadas.

Também foram coletadas informações por meio da aplicação de um questionário respondido por 7 instituições e de dois formulários, mediante a técnica de entrevista às lideranças (18) e a demais trabalhadores (28) dos 17 empreendimentos pesquisados, existentes nos meios urbanos em municípios do Rio Grande do Sul, totalizando 46. Tanto as entrevistas e a escolha das experiências pesquisadas, como também a coleta nas instituições analisadas - 11 no total -, ocorreram por meio da amostra intencional. Anteriormente à realização das entrevistas, bem como ao envio dos questionários às instituições, foi apresentado aos participantes da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados quantitativos foram sistematizados e apresentados em Tabelas e Gráficos pela tabulação simples; já as informações qualitativas - predominantes neste estudo -, foram submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 1977). Destaca-se, ainda, que foram pesquisados instituições e empreendimentos localizados em 11 municípios do Rio Grande do Sul, sendo eles: Ijuí, Cruz Alta, Santa Maria, Porto Alegre, Santana do Livramento, São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Passo Fundo e São Leopoldo.

RESULTADOS

Salienta-se ainda que, a viabilidade analisada - que corresponde àquilo que é viável, possível, realizável, exequível -, é compreendida nesta pesquisa como a forma dos empreendimentos de Economia Popular Solidária se manterem no sistema, de modo que por intermédio das atividades desenvolvidas pelos sujeitos nas experiências, esses possam pagar suas despesas e também obter sobra que, por sua vez, gerará a renda dos trabalhadores.

Essa compreensão, vinculada ao aspecto econômico do processo de viabilidade, corresponde também à orientação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes - em relação a esses empreendimentos coletivos no presente. Esta percepção está relacionada com o fato de que, num primeiro momento, essas experiências se constituem como uma das formas alternativas de geração de renda aos sujeitos que estão comumente em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, apesar de a pesquisadora compreender e perceber outros elementos que estão para além do aspecto econômico, como, por exemplo, o processo de politização e conscientização dos trabalhadores inseridos nas experiências, capacidade de se organizarem, pela existência de cooperação entre os sujeitos no processo de trabalho, pela forma igualitária de repartição das sobras, pelo rodízio das atividades desenvolvidas, pela possibilidade de incorporação de novos trabalhadores, pela apropriação dos princípios cooperativistas, entre outros. Entretanto, delimita-se a viabilidade pesquisada, primeiramente, no aspecto econômico, devido à situação de pauperização que esses sujeitos geralmente vivenciam.

Em relação ao levantamento realizado pela pesquisadora sobre as

Instituições de Apoio vinculadas a este programa social no RS, constatou-se que 20 instituições já tiveram ou possuem algum vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento desde 2003 pela Senaes. Dessas 20 instituições averiguadas, 10 não possuem convênio entre o período de 2008 e 2009 e 10 possuem alguma forma de vínculo durante este período em que se realizou a coleta das informações. No entanto, dessas 20 instituições mapeadas neste Estado - que contou com o apoio da Senaes, dos Fóruns de Economia Solidária Nacional, Estadual e regionais e com as instituições de apoio -, 11 participaram do estudo por meio de retorno de questionário enviado e pela realização de análise documental.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo implantado no Rio Grande do Sul por meio de uma parceria estabelecida entre a Senaes e as instituições de apoio - mapeadas por esta pesquisa -, via editais e chamadas públicas. Ou seja, as instituições de apoio elaboram projetos sociais que objetivam arrecadar recursos financeiros. A Senaes, juntamente com órgãos de fomento, abre editais e chamadas públicas, procurando formalizar a parceria entre o governo federal e as instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Os projetos selecionados e apoiados pela Senaes irão usufruir os recursos públicos, bem como dos encontros de formação destinados às instituições de apoio, visando capacitá-las e fortalecer o vínculo entre elas.

Constata-se que o processo de parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio, e a forma existente de liberação de recursos (recursos esparsos - se equiparados à demanda - e forma de acesso - abertura de editais e elaboração e aprovação de projetos sociais de extrema complexidade) no RS, e possivelmente no Brasil, ainda está em fase inicial, também devido ao fato da descentralização político-administrativa prevista pela Constituição Federal de 1988 não ter sido implantada de forma plena, em relação a todos os programas e políticas sociais.

Destaca-se que esta realidade, vinculada ao programa, em relação à liberação de recursos e às formas que são constituídas as parcerias com as instituições de apoio, pode ser aprimorada. Cada Estado e município poderiam usufruir de setores específicos que dessem conta desse Programa, de forma que o mesmo correspondesse ao processo de descentralização político-administrativa. Outra questão importante está vinculada à materialização da transversalidade do programa com os outros programas e políticas sociais. Essa transversalidade, em algumas situações, vem necessitando de abertura de editais, algo que também pode ser aprimorado.

Apesar de suas limitações e incipiência, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possui relevância, pois contribui para a geração de renda e consequente melhoria de vida destes trabalhadores inclusos nas experiências coletivas. Com base nessas informações, verifica-se que, das 20 instituições de apoio que possuem ou tiveram alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, 40% são vinculadas à sociedade civil, 40% às instituições governamentais e 20% às incubadoras universitárias.

Percebe-se, portanto, que ocorre uma paridade de vinculações estabelecida

entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes com instituições governamentais e da sociedade civil que, juntas, constituem 80% das instituições parceiras. Por intermédio dessa parceria, o Estado pretende contribuir com a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária por meio da disponibilização de recursos financeiros e encontros de formação, além de processo de divulgação da Economia Popular Solidária e pelo desenvolvimento de objetivos e atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes. Assim, as instituições de apoio vêm configurando-se como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, mediante seus processos de assessoria e/ou de incubação.

Destaca-se, ainda, que as instituições pesquisadas, que iniciaram seu trabalho de assessoria posteriormente à criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, estão vinculadas principalmente aos setores governamentais. Salienta-se também que as instituições, vinculadas ao MTE e à Senaes no RS, trabalham com as comunidades quilombolas e com o desenvolvimento de agentes de Economia Popular Solidária, que objetiva fomentá-las. Já os Centros Públicos caracterizam-se por atender em seu espaço de comercialização as experiências coletivas; entretanto, setores vinculados a prefeituras também assessoram esses empreendimentos. Salienta-se que apesar de os centros públicos concretizarem uma das ações previstas pela Senaes no RS, o processo de descentralização político-administrativo deste Programa Social pode ser aprimorado de forma que se insira nas esferas estaduais e municipais de forma plena. Já as Incubadoras Universitárias, além de ter como intencionalidade aproximar a universidade da população local-regional e produzir conhecimentos, objetivam, também, assessorar os empreendimentos coletivos. Evidencia-se que as instituições de apoio, juntamente com instituições da sociedade civil - ONGs, instituição religiosa e Oscip -, buscam assessorar as experiências de Economia Popular Solidária visando contribuir para a viabilidade desses empreendimentos coletivos no mercado.

O processo que envolve a metodologia de incubação normalmente empregada pelas instituições parceiras está sendo realizado de forma que contemple as etapas relacionadas com os processos de pré-incubação, incubação e pós-incubação. A incubação além de capacitar e acompanhar os empreendimentos coletivos objetiva também conseguir recursos por meio de elaboração de projetos e/ou parcerias estabelecidas com instituições públicas, privadas ou da sociedade civil. Em relação ao processo de pós-incubação, o mesmo deve ser aprimorado. Este período constitui-se segundo as informações levantadas no momento mais delicado do processo de assessoria.

O tempo e os recursos previstos e destinados às instituições de apoio, quando contempladas por editais - que respondem administrativamente pelo vínculo, seja pela elaboração de relatórios ou de prestações de contas -, vem se tornando muito esparso e descontínuo em relação à demanda necessária ao processo de pós-incubação, que poderia ter um maior acompanhamento. O próprio período de incubação já deveria ser prolongado devido à situação de vulnerabilidade social que estes trabalhadores se encontram.

Outra questão relevante está respaldada no fato de que os profissionais que respondem administrativamente pelas instituições de apoio podem se distanciar da realidade que envolve os trabalhadores assessorados. Esse distanciamento, ocorrido em algumas situações, pode estar relacionado com o processo burocrático que estes profissionais estão envolvidos - no que concerne à liberação de recursos e à manutenção do vínculo institucional com a Senaes, até para o próprio aprimoramento do programa.

Segundo as informações obtidas, as instituições pesquisadas vêm desenvolvendo as atividades de incubação/assessoria de forma que contemple os objetivos previstos pelo Programa e pela Senaes, como a incubação e assessoria, a divulgação e promoção da Economia Popular Solidária, a formação e qualificação técnica, a preocupação com a comercialização dos produtos, entre outros. Salienta-se que estão sendo desenvolvidas seis atividades previstas pelo Programa no Estado: a) fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária; c) estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária; d) organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários; e) fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; e f) promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário.

Destaca-se ainda que predominam, portanto, as atividades de Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária, seguidas pelo Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sies.

Segundo a percepção dos trabalhadores entrevistados pela pesquisadora no RS, 70,5% informaram que o apoio e/ou o trabalho de assessoria/incubação desenvolvido pelas instituições, mesmo com limitações, vem contribuindo para a viabilidade econômica e manutenção desses empreendimentos, de forma que possibilita a geração de renda aos trabalhadores por meio das atividades que estão realizando nessas experiências.

Dessa forma, pode-se constatar que, no RS, as instituições de apoio contempladas vêm procurando desenvolver seus processos de assessoria e/ou incubação, uma das principais atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes, tendo por objetivo contribuir principalmente para a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária. Constata-se, também, que o apoio governamental às experiências pesquisadas torna-se fundamental para que as mesmas se mantenham no mercado, bem como alcancem outro patamar de conscientização e politização social.

Outra atividade que vem sendo desenvolvida e que se destaca no Estado, possuindo como característica o pioneirismo da "Instituição E", está relacionada com a promoção das Feiras de Economia Popular Solidária. Estas são de extrema importância para o processo de comercialização dos produtos advindos destas

experiências coletivas, como também para o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul e no Brasil - tanto em relação aos empreendimentos quanto ao fortalecimento e divulgação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes -, para que, futuramente, possa ser criada uma política social destinada exclusivamente a este segmento social em âmbito nacional e as suas respectivas demandas. Outra possibilidade, entretanto, pode consistir no fato de esse programa ser incorporado pelo Ministério do Trabalho ou de Desenvolvimento Social, porém, de forma que seja operacionalizado pela descentralização administrativa que envolve também as esferas governamentais estaduais e municipais.

Ou seja, para se concretizar essa realidade, fazem-se necessários a criação e a implantação, nas prefeituras e nos Estados, de uma secretaria, ou pelo menos de um setor responsável pelo desenvolvimento deste Programa Social - assim como ocorre com outros programas e políticas, que também já percorreram uma trajetória de experiências, pressões sociais e reivindicações para que alcançassem esta realidade, mas ainda possuem limitações, pois o aprimoramento é processual.

Por meio desta pesquisa pode-se averiguar, também, que as experiências pesquisadas estão relacionadas com as cooperativas, com as associações e com os grupos informais que desenvolvem suas atividades nos meios urbanos e rurais, em municípios do Rio Grande do Sul. Esses empreendimentos constituem-se nas experiências coletivas que vêm sendo assessoradas/incubadas ou, ainda, apoiadas pelas instituições que possuem como intencionalidade contribuir com a viabilidade econômica desses empreendimentos, igualmente por meio do vínculo estabelecido com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes - governo federal.

Foram pesquisados 17 empreendimentos coletivos localizados nos meios urbanos em municípios do Rio Grande do Sul entre 2008 e 2009 - além da análise documental do Mapeamento de Economia Solidária realizado pela Senaes -, considerando que, desses, 14 estão vinculados a instituições que possuem vínculo, entre o período de 2008 e 2009, com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes. Os outros três empreendimentos estão atrelados a instituições de apoio que não possuem no referido período vinculação com o programa, porém, já tiveram anteriormente, e estão aguardando novamente a renovação do mesmo. No total foram realizadas 46 entrevistas, sendo 18 desenvolvidas com as lideranças dos empreendimentos coletivos e 28 com os outros trabalhadores inseridos nas experiências de Economia Popular Solidária. Juntamente com a realização das entrevistas, informa-se, ainda, que também foi desenvolvida a análise documental de materiais pertencentes e que foram disponibilizados pelas experiências.

Esses empreendimentos coletivos analisados possuem as seguintes caracterizações: dois empreendimentos se constituem enquanto cooperativas (11,7%), cinco enquanto associações (29,4%) e dez enquanto grupos (58,8%). Mediante essas informações, percebe-se que somente 41,1% das 17 experiências pesquisadas consistem em associações e cooperativas. Em relação aos 10 grupos pesquisados, constatou-se que três empreendimentos (30%) estavam migrando da

condição de grupos para associação. A regulamentação e a legalização das experiências coletivas, que iniciam suas atividades por meio de grupos, constituem-se em um dos objetivos do processo de assessoria e/ou incubação desenvolvido pelas instituições de apoio, bem como do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, com a intenção de retirar estes grupos da extrema exclusão social, fato esse que vem sendo concretizado.

Já em relação às informações que dizem respeito ao sexo dos trabalhadores inseridos nos 17 empreendimentos coletivos, constatou-se que predomina nas experiências pesquisadas a inserção de mulheres e que os fatores que contribuíram para a criação das experiências estão relacionados com uma alternativa ao desemprego para aumento e complemento da renda. Desses 17 empreendimentos, 41,1% das experiências foram criadas pelos trabalhadores, 41,1% pelas instituições de apoio e 11,7% pelo governo do Rio Grande do Sul. Verificou-se, também, que, por esta pesquisa ter como delimitação as experiências inseridas nos meios urbanos, não foram investigados empreendimentos que desenvolvem o processo de trabalho com a agricultura - realidade averiguada pelo Mapeamento realizado pela Senaes -, posto que predominam nessas experiências os trabalhos desenvolvidos com a reciclagem, gastronomia, produtos diversificados e confecção de roupas. Dos empreendimentos pesquisados identificou-se que somente quatro experiências (23,5%) informaram que receberam alguma forma de apoio financeiro, ou seja, recurso financeiro, desde a sua criação.

Vinculado à viabilidade econômica, percebeu-se que os empreendimentos pesquisados sofrem concorrência de empresas, de empreendimentos, de trabalhadores autônomos e de atravessadores; porém, mesmo assim, 88,2% dos empreendimentos conseguem pagar suas despesas e ter alguma sobra.

Considerando ainda o processo de trabalho, constata-se: preocupação dos trabalhadores com este processo, direcionada à possibilidade de gerar trabalho e renda; preocupação com a possibilidade de integração entre os sujeitos durante a realização do trabalho, bem como com a comunidade local-regional; preocupação com o processo de qualificação dos sujeitos; preocupação com o desenvolvimento sustentável; preocupação com a valoração das periferias de forma que as mesmas passem a ser atendidas pelos governos municipais, que é mencionada pelo acesso a atividades assistenciais. Ou seja, a questão relacionada com a sobrevivência aparece na preocupação central com a geração de renda e por meio das atividades assistenciais, materializada pelo acesso dos usuários a outros programas e benefícios sociais.

Em relação aos rendimentos individuais mensais obtidos pelos trabalhadores pode-se identificar que: dois empreendimentos obtêm geralmente uma renda de até um salário mínimo; os trabalhadores de 12 empreendimentos coletivos informaram que possuem uma renda mensal estabelecida entre um a dois salários mínimos; os de outros três empreendimentos coletivos informaram que possuem uma renda que oscila entre dois a três salários mínimos; e um empreendimento coletivo informou que possui a renda de até quatro salários mínimos. Ressalta-se ainda que trabalhadores vinculados a 13 empreendimentos coletivos desenvolvem outras atividades para obter renda. Por meio dessas informações constata-se que a

pobreza não pode ser caracterizada como algo “natural”, mas sim como algo vinculado diretamente à questão social e ao processo das riquezas socialmente produzidas. Dessa forma, constata-se a viabilidade econômica desses empreendimentos coletivos, mesmo que de forma limitada, devido aos baixos rendimentos atingidos.

Os trabalhadores pesquisados, em sua maioria, tiveram, portanto, suas rendas aumentadas após suas inserções nos empreendimentos coletivos, mesmo com os baixos rendimentos, fato que possibilita uma melhoria nas suas condições de vida e, conseqüentemente, de seus familiares. Outra questão relevante que caracteriza a situação de vulnerabilidade social desses sujeitos, e a importância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, consiste no fato desses trabalhadores informarem que usufruem também do Programa Bolsa-Família, entre outros benefícios. Novamente se constata que a transversalidade dos Programas e Políticas Sociais é de fundamental importância para a melhoria das condições de vida desses trabalhadores, retirando-os da condição de extrema exclusão social.

No que se relaciona com os direitos trabalhistas desses sujeitos, constatou-se que dos 28 trabalhadores que responderam essas questões, 18 não contribuem para a Previdência Social e 10 contribuem, porém, na condição de autônomos. Essa realidade é de extrema preocupação e importância, pois a maioria dos trabalhadores entrevistados, que possivelmente pode corresponder à totalidade dos sujeitos inseridos nesses tipos de experiências coletivas, não contribui com a Previdência Social e estão trabalhando na total informalidade, sem acesso aos direitos sociais. Por isso o Novo Marco Legal do Cooperativismo constitui-se num importante desafio a ser conquistado, pois o mesmo objetiva criar uma legislação que contemple esses trabalhadores, posto que não estão nem na condição de assalariados nem na condição de autônomos.

Diante dessa realidade, poderia ser formulada e promulgada uma nova Lei na Legislação Trabalhista que contemplasse os trabalhadores inseridos nestas experiências, que desenvolvem o trabalho por meio do coletivo. Isso possivelmente contribuiria com a inclusão social dos sujeitos e com o acesso desses aos direitos trabalhistas. Porém, enquanto não se adquire essa condição, poderia ser facilitado o acesso de contribuição desses trabalhadores, na condição de autônomo, à Previdência. Essa realidade ainda está distante da “ideal”; entretanto, consiste em algo que já vem sendo prospectado pelo Novo Marco Legal e estimulado pelo processo de incubação realizado pelas instituições de apoio.

Menciona-se ainda que todas as experiências pesquisadas estão ou estavam vinculadas às instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias, e, 94,1% das experiências participam de instâncias que envolvem a sociedade civil organizada, em termos de Economia Popular Solidária, seja por meio de Fóruns, Feiras, encontros, entre outros. Diante destas informações verifica-se a participação da sociedade civil nas decisões e funções públicas, como forma de participação popular, fato esse que ainda deve ser aprimorado no que se relaciona aos conselhos de direito - que estão em estágio muito inicial e sem grande participação popular no controle e na gestão pública

deste programa social, tanto em âmbito do RS como também no Brasil.

No que se direciona ao processo de gestão existente nas 17 experiências pesquisadas, constatou-se por meio de informações que 11 empreendimentos possuem diretoria e 6 não possuem diretoria; 9 empreendimentos possuem todas as documentações necessárias para o funcionamento das cooperativas e associações; 4 empreendimentos possuem parcialmente a documentação necessária para o funcionamento do empreendimento e 4 não possuem a documentação necessária para as suas regulamentações. Nas 17 experiências de Economia Popular Solidária pesquisadas, identificou-se que todas desenvolvem reuniões e assembleias; 93,4% dos trabalhadores entrevistados responderam que tomam parte das reuniões, assembleias e encontros e 95,4% dos sujeitos informaram que expõem suas opiniões quando não concordam com algo ou alguma decisão, e que participam das votações. Essa realidade demonstra um novo patamar de politização e participação dos sujeitos de forma que se diferenciem da maioria dos trabalhadores inseridos no sistema. Somente este processo, de participação e de conscientização, já se constitui em um grande avanço quando relacionado com a rebeldia e a resistência às manifestações de desigualdade da questão social.

Os trabalhadores que informaram terem trabalhado em outros locais anteriormente, quando perguntados sobre se havia diferença entre ser empregado/funcionário numa empresa privada e ser cooperado/associado em uma experiência coletiva de geração de trabalho e renda, 83,3% responderam que existe esta diferença. É importante que se faça referência a essa realidade devido à possibilidade de ruptura que essas experiências coletivas, populares e solidárias introduzem nas relações que envolvem o processo de trabalho e gestão - respaldado em cooperação, rotatividade de atividades, democracia, participação, entre outros -, diferenciando-se, assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista - individualidade, acumulação e centralização de capital. Outra questão relevante está vinculada a possível transformação na vida dos sujeitos que vivenciam o trabalho realizado por meio dessas experiências coletivas, pois os mesmo adquirem uma nova visibilidade sobre a realidade macroeconômica.

Em relação às características dos trabalhadores, constatou-se que a maioria dos sujeitos está entre as faixas etárias de 31 a 40 anos (39,2%), seguida pela de 51 a 60 (28,5%). A metade dos trabalhadores possui Ensino Fundamental, 46,4% Ensino Médio e apenas um trabalhador possui ensino superior. Outra questão interessante está relacionada com o fato de que também a metade dos trabalhadores inseriu-se nesses últimos 2 anos nas experiências coletivas - realidade vinculada ao desemprego. Em relação aos motivos que desencadearam a inserção desses sujeitos nos empreendimentos coletivos, pode-se averiguar que 50% foram pela necessidade de gerar e ter renda; 20% devido à influência e/ou a convite de familiares; 20% para aumentar a renda familiar; e 10% informaram que era devido ao fato de que o trabalho desenvolvido em grupo é melhor, mais prazeroso. A maioria dos trabalhadores informou ainda que residem com seus companheiros(as) e filhos em locais que são seus - possuem casa própria. Constatou-se, dessa forma, que os rendimentos obtidos pelos trabalhadores, além

de serem destinados para as suas necessidades, também são empregados para o complemento de suas rendas familiares.

Diante dessas características, pode-se afirmar que as experiências coletivas assessoradas pelas instituições de apoio possuem elementos em comum, como o fato de se constituírem em cooperativas, associações e grupos informais, que procuraram gerar trabalho e renda aos sujeitos pelos diversos ramos de atividades, seja no meio urbano ou rural. Enfatiza-se, entretanto, a importância do fortalecimento do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, como forma de subsidiarem recursos financeiros e profissionais para assessorar e qualificar esses sujeitos, bem como os empreendimentos em que estão inclusos, tendo em vista o processo de descentralização política e administrativa. Esse apoio governamental, contudo, deve ter como perspectiva a viabilidade econômica dos empreendimentos coletivos, e não a dependência e/ou terceirização dos serviços públicos e privados.

Menciona-se, ainda, que seis experiências coletivas constituem-se por meio das informações obtidas nos empreendimentos que possuem maiores dificuldades vinculadas às relações que vêm sendo estabelecidas pelos trabalhadores diante do processo de gestão e produção, entre outras divergências. Assim, esses seis empreendimentos possivelmente não desenvolvem suas atividades de acordo com os princípios da "Economia Popular Solidária", entretanto se caracterizam como experiências de "Economia Popular". Os outros 11 empreendimentos - apesar de limitações e conflitos -, constituem-se por meio de elementos que podem ser remetidos à Economia Popular Solidária, sem desconsiderar as contradições internas e externas na qual esses empreendimentos coletivos estão inseridos.

É importante mencionar que os três empreendimentos que estão sendo assessorados por instituições que não estão vinculadas entre 2008 e 2009 ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes consistem na metade dos seis empreendimentos que possuem diversas dificuldades de relacionamento, concorrência, entre outros. Outra questão está relacionada com a viabilidade econômica desses empreendimentos, pois em duas das três experiências os trabalhadores obtêm uma renda de um salário mínimo.

Dessa forma, ressalta-se que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, mesmo com suas limitações e incipiências, pela parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio, contribui para a viabilidade econômica e, entre outros aspectos, de forma fundamental para estas experiências coletivas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES PARA O DEBATE

Constata-se que no Rio Grande do Sul o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo realizado ainda de maneira bem incipiente, seja pelas poucas quantidades de instituições vinculadas ao programa, pela forma de parceria estabelecida, pela maneira que o recurso financeiro vem sendo gerido, liberado e aplicado, ou seja pelas poucas atividades que estão previstas pelo

Programa e pela Senaes e que estão sendo efetivadas no Estado.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes, entretanto, possuem relevância devido ao fato de terem como intencionalidade contribuir para a viabilidade econômica e para a manutenção das experiências coletivas, que se constituem como uma das alternativas existentes para a geração de trabalho e renda no Brasil diante do desemprego, principalmente aos sujeitos que comumente, assim como seus familiares estão em situação de vulnerabilidade social.

Segundo o Mapeamento realizado entre 2005 e 2007 pela Senaes com a parceria das instituições de apoio, foram averiguados 21.857 empreendimentos coletivos no Brasil e 2.085 no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores pesquisados (entre meio salário mínimo a quatro salários mínimos), pode-se constatar que eles são muito significativos a esses sujeitos e a seus familiares.

Ressalta-se que, primeiramente, os empreendimentos coletivos são criados para as necessidades vinculadas à sobrevivência, para, num segundo momento, serem dimensionados outros elementos relacionados com os Princípios da Economia Popular Solidária, com aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais, ambientais, entre outros. Dessa forma, pode-se considerar que essas experiências coletivas representam, também, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema, pois o processo de conscientização e de reflexão faz parte de 11 experiências coletivas pesquisadas.

Percebe-se que, para que essas experiências possam ser mantidas e viabilizadas economicamente no mercado, é imprescindível o processo de comprometimento e de conscientização dos trabalhadores, bem como o apoio e o incentivo de políticas e programas sociais e de profissionais que possam dar sua contribuição a esses empreendimentos relacionados com a geração de trabalho e renda. Entre eles esta o assistente social, juntamente com o processo de incubação desenvolvido pelas instituições de apoio.

Para isso, os empreendimentos coletivos necessitam de instituições de apoio, de políticas e de programas sociais que os assessoram e os financie, visando às suas permanências e viabilidades econômicas no mercado. Com base nessa perspectiva, desde 2003, o governo federal, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a Economia Popular Solidária integrante da agenda pública brasileira. O governo federal, com o objetivo de fortalecer, promover e viabilizar economicamente empreendimentos de geração de trabalho e renda, visando também absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho, criou no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, a Senaes. A Senaes foi obtida por meio do movimento de Economia Solidária no Brasil - com o apoio da sociedade civil.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento está sendo materializado e operacionalizado por meio de uma parceria estabelecida entre o governo federal - e outros setores governamentais -, e, também pelas instituições

da sociedade civil e incubadoras universitárias. Algumas destas instituições, quando vinculadas ao Estado, recebem apoio financeiro e de formação por meio de verbas advindas do governo federal, mediante projetos e programas sociais, para desenvolver o trabalho de assessoria nas experiências coletivas.

Partindo dos conhecimentos que fundamentam esta pesquisa – seu problema, objetivos e questões norteadoras -, chegou-se a esta tese: o Estado, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado a Senaes, juntamente com as incubadoras universitárias e instituições governamentais e da sociedade civil, desde que em parceria com o Governo Federal, podem potencializar e viabilizar as experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma incipiente, principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho. Salienta-se esta realidade sem desconsiderar a categoria de contradição que permeia estes empreendimentos coletivos e seu respectivo programa social.

Apesar dessa realidade contraditória que o envolve, e outros Programas e Políticas Sociais, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento torna-se relevante principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho. Outra questão que deve ser mencionada está relacionada com o fato de que esta pesquisa respalda-se no realismo analítico. Ou seja, a pesquisadora não compreende o tema nem com excesso de otimismo - próprio dos analistas que enfatizam o aspecto potencialmente contestador destas experiências coletivas -, nem com excesso de pessimismo - que, por sua vez, poderia desconsiderar os reais avanços sociais, econômicos e políticos tão suscitados por estas experiências.

Tem-se como perspectiva que o Estado, por meio das instituições de apoio, pode e deve potencializar a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária - por intermédio dos objetivos e ações que estão previstos pelo programa, mesmo que ainda de forma limitada, contraditória e incipiente. Salienta-se esta possibilidade principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho, pois este Programa contribui para a geração de renda dos trabalhadores e suas respectivas famílias, afastando-os da condição de extrema exclusão e vulnerabilidade social. Diante desta realidade, menciona-se também que o aprimoramento do Programa é algo processual e contínuo, pois este ainda está em fase de “Desenvolvimento”, de modo que as pesquisas científicas sobre este Programa buscam contribuir com o aprimoramento do mesmo.

Outra questão que deve ser ressaltada está vinculada ao fato de que este Programa Social vem se configurando mais como uma forma de geração de renda do que propriamente um meio de contestação ao sistema, realidade que se configura, apesar da sua importância, como funcional ao sistema. Por fim, destaca-se a importância e a relevância deste estudo, pois são reduzidas as pesquisas e bibliografias referentes à contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento para a viabilidade das experiências coletivas no Rio Grande do Sul.

Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se a importância do apoio governamental

às experiências que constituem a Economia Popular Solidária. Esses empreendimentos coletivos geralmente são suscitados pelos sujeitos e instituições de apoio como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações de desigualdade da questão social - matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais.

PROGRAM OF EMPLOYMENT AND INCOME GENERATION: THE SOLIDARY ECONOMY AS A POSSIBILITY TO SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

The collective enterprises can be considered an alternative to generate employment and income to the subject facing the process of capital restructuring. The present paper aimed to analyze the contribution of the Solidary Economy Program in Development for the viability of collective experiences for the employment and income generation in Rio Grande do Sul. The social program was created in 2003, by the federal government, in order to strengthen enterprises to generate employment and income. The operation of the Program has been occurring through partnerships between state, civil society institutions and university incubators. It was collected data from 11 institutions in Rio Grande do Sul, which they had some connection with the Program of Solidary Economy Development through SENAES. It was also carried out 46 interviews with leaders and other workers of the 17 existing collective enterprises in the urban areas. The qualitative information was submitted to content analysis. It was found through this research that both, the State, through the Partnership Program in Development Economics - otherwise, in partnership with civil society institutions, other governmental and university incubators can even incipiently, to feasibly experiences of Popular Solidary Economy.

Keywords: Employment and Income Generation, Supporting Institutions, Viability, Economic Solidary Program.

REFERÊNCIAS

- CONSELHO Nacional de Economia Solidária.** IV reunião extraordinária. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ata_20071024_04.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2009.
- E19. **Economia Solidária em Desenvolvimento.** Brasília: MTE; SENAES, 2003.
- ECONOMIA Solidária. Mapeamento Rio Grande do Sul.** SIES - Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária. Impressão AMBP – Sociedade Banco de Projetos. 2007a.

ECONOMIA Solidária. **Campanha Nacional de divulgação e mobilização social.** Manual para Formadores. Descobrimo a outra economia que já acontece. MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária: esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl. 339 - Brasília, DF, 2007b.

FINEP. Ações transversais. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/acao_transversal/acao_transversal_ini.asp%20acesso%20em%2013/04/09>. Acesso em: 10 abr. 2009.

GOERCK, Caroline. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul.** Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2009.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

MEDEIROS, Alzira. **Programas e ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal.** 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2009

MTE. Emenda a Medida Provisória. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009.

ORGANIZAÇÃO Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômico Solidário. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao.asp>. Acesso em: 04 mar. 2009.

PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm>. Acesso em: 17 fev. 2009.

PROGRAMA Economia Solidária em desenvolvimento. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp>. Acesso em: 02 mar. 2009.

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 2000.

RAZETO, Luis. **Economia de solidariedade e organização popular.** In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). Educação comunitária e economia popular. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005.** In: Economia Solidária/Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. Manual para Formadores. Descobrimo a outra economia que já acontece. MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária: esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl. 339 – Brasília, DF, 2007.

_____; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil.** Temporalis, São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001.